

Economistas contestam Kandir

Economia - Brasil
BRASÍLIA — Mesmo com a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso assegurada, é pouco provável que a economia cresça 8% ao ano, repetindo os tempos do *Milagre Econômico*. A opinião é uma unanimidade entre os economistas consultados pelo **JORNAL DO BRASIL**, que alertaram ainda para o risco que um crescimento acelerado poderia gerar para o Plano Real. A ameaça não viria na forma de inflação, mas de um desequilíbrio profundo nas contas públicas capaz de despertar dúvidas nos investidores e afastar o capital estrangeiro do país.

"Num primeiro momento, havia uma dispersão grande de esforços para garantir a aprovação da emenda constitucional. Depois, o objetivo seria reeleger o presidente", afirmou o diretor da Fundação

Getúlio Vargas, Carlos Ivan Simonsen Leal. Fez côro com ele o economista Paulo Nogueira Batista Júnior. "O receio é que esta disputa em duas etapas, primeiro para aprovar a emenda, depois para reeleger o presidente e os governadores, atrasse todo o cronograma das reformas, estas sim fundamentais para permitir um crescimento sustentado da economia", disse ele.

Um detalhe lembrado pelo diretor da revista *Conjuntura Econômica*, o economista Lauro Vieira de Faria, é que a atual taxa de poupança brasileira não permite uma expansão maior do Produto Interno Bruto (PIB). "Hoje a taxa de poupança, somando a interna e a externa, está entre 16% e 17% do PIB", disse. "Para que a economia cresça 8% ao ano, é preciso aumen-

tar esta taxa de poupança para algo entre 25% e 27% do PIB. E para promover este crescimento, é preciso mais do que ter apenas uma expectativa política por trás".

Para o professor da PUC-Rio, Edward Amadeo, haveria respaldo para um crescimento acelerado do PIB se as exportações aumentassem substancialmente de forma a cobrir o déficit comercial. "Além disso, o governo fala em buscar o equilíbrio fiscal, mas a política que utiliza não caminha neste sentido", lembrou Amadeo. "Basta ver que o governo desenhou um projeto de renegociação da dívida dos estados e o BNDES está antecipando as receitas que seriam geradas com os programas de privatização estaduais. Portanto, o governo pratica o inverso do que fala".

01 OUT 1996